

Aproximações do pensamento de Achille Mbembe a partir da obra *Crítica da Razão Negra*

Approaches to Achille Mbembe's thought from the work *Crítica da Razão Negra*

Margarida Cássia Campos¹

Resumo

O objetivo do presente texto é discutir os pontos centrais de *Crítica da Razão Negra* e evidenciar que o denominado pensamento em travessia e em circulação, defendido por Achille Mbembe, apresenta questões fundamentais para se refletir sobre como o eurocentrismo configura-se como um conjunto de epistemologias de autoenclausuramento e autocontemplação, já que não reconhece e, mais ainda, desmerece outras formas de conhecimento. Para tanto pautou-se em uma pesquisa do tipo qualitativa em um esforço para unir o autor a sua obra considerando as múltiplas complexidades de ser estar intelectuais do sul epistêmico global em um mundo onde a ciência reconhecida é a do norte epistêmico. Como procedimento metodológico, o caminho escolhido passou por uma leitura cuidadosa da obra *Crítica da Razão Negra*, sistematização das ideias principais e organização do texto final. A problemática da discussão parte da contextualização de percepções de mundo eurocentradas e do esforço de ofertar novas miradas decoloniais em especial para a compreensão socioespacial do continente africano.

Palavras-chave: Achille Mbembe; Eurocentrismo; Decolonialidade.

Abstract

The objective of the present text is to discuss the central points of *Crítica da Razão Negra* and to highlight that the so-called thought in crossing and in circulation, defended by Achille Mbembe, presents fundamental issues to reflect on how Eurocentrism configures itself as a set of epistemologies of self-enclosure and self-contemplation, since it does not recognize and, even more so, depreciates other forms of knowledge. To do so, it was based on a qualitative research in an effort to unite the author and his work considering the multiple complexities of being intellectuals from the global epistemic south in a world where the recognized science is that of the epistemic north. As a methodological procedure, the chosen path went through a careful reading of the work *Crítica da Razão Negra*, systematization of the main ideas, and organization of the final text. The problematic of the discussion starts from the contextualization of Eurocentric world perceptions and the effort to offer new decolonial visions, especially for the socio-spatial understanding of the African continent.

Keywords: Achille Mbembe; Eurocentrism; Decoloniality.

¹ Professora Pós-doutora pela Universidade de Coimbra (UC), Coimbra, Portugal. Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Santa Catarina, Brasil. Professora da Universidade Estadual de Londrina (UEL), Paraná, Brasil. Professora do Mestrado Profissional em Sociologia em Rede Nacional e Professora do Curso de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Bahia, Brasil. *E-mail:* mcassiacampos@uel.br

Introdução

O presente texto é fruto dos diálogos realizados com o projeto de extensão “Direitos Humanos, Desigualdade Racial e Indígena em tempo de pandemia COVID-19”, desenvolvido pela professora doutora Ângela Ernestina Cardoso de Brito na Universidade Federal da Bahia, no segundo semestre do ano de 2020.

Para enquadrar as discussões no tema do projeto, escolheu-se contextualizar a obra *Crítica da Razão Negra* do filósofo camaronês Achille Mbembe, o qual, por contestar os conhecimentos produzidos pela “razão branca” europeia, contribui para o debate das chamadas “Epistemologias do Sul” expresso por Boaventura de Sousa Santos (2019).

Desse modo, o objetivo do artigo é discutir os pontos centrais da obra referenciada e evidenciar que o denominado pensamento em travessia e em circulação, defendido por Achille Mbembe, apresenta questões fundamentais para se refletir sobre como o eurocentrismo configura-se como um conjunto de epistemologias de autoenclausuramento e autocontemplação, já que não reconhece e, mais ainda, desmerece outras formas de conhecimento. Como procedimento metodológico, o caminho escolhido passou por uma leitura cuidadosa da obra, sistematização das ideias principais e organização do texto final.

Tendo em vista que os sujeitos são plurais e as leituras também seguem este caminho, é importante demarcar que as discussões apresentadas neste artigo constituem apenas uma leitura possível, havendo outras tantas, portanto as ideias aqui consideradas como centrais podem não o ser em outras leituras. Tendo essas afirmativas como premissa, o artigo divide-se em quatro seções, apresentando, na primeira seção, uma problematização da obra e do autor, e constituindo as outras três, teses consideradas como centrais no livro: a primeira delas aparece na introdução e no primeiro capítulo e aponta discussões em relação a como as concepções de raça e racismo ganham novos contornos atualmente, sob o comando de um Estado

democrático neoliberal, em um movimento espiral da história. Mbembe inicia a discussão regressando ao passado para apresentar a outra tese do livro, demarcando que a “pia batismal” das concepções de raça e racismo foi construída a partir do século XV no período histórico da Modernidade e do Capitalismo Mercantil. E, na última tese, são discutidas, tomando como apoio a visão de vários intelectuais, as possibilidades da cura de um sentido de mundo demarcado pelo fardo cruel da raça. Ao final, o autor ainda acrescenta a questão de como construir um mundo sob uma perspectiva de um humanismo abrangente e universal.

Esperamos que o texto possa fomentar o debate e a leitura de obras de autores africanos, uma vez que a produção científica no Brasil ainda gira, quase exclusivamente, em torno dos autores europeus ou americanos. Portanto o desafio está posto: é possível discutir as epistemologias do Sul com a leitura dos autores africanos?

Questões sobre o autor e a obra

Nesta seção, há um esforço para apresentar o intelectual africano mais conhecido no Brasil na contemporaneidade, em especial pelo uso frequente, em textos científicos e jornalísticos, do conceito de Necropolítica. Sobretudo, durante a pandemia da Covid-19, inúmeras análises dialogavam com tais concepções, com o objetivo de apontar como o Estado atua na produção de uma política de morte direcionada às populações racializadas.

Joseph-Achille Mbembe nasceu próximo a Otelé na República dos Camarões em 1957, viveu as lutas extremamente sangrentas pela descolonização, durante sua infância e adolescência, e que custaram a vida do seu pai, de tal sorte que as crueldades engendradas pelo colonialismo são fundamentais para entender a formação humana inicial de Mbembe, marca que atravessa toda sua obra.

Mbembe deixa Camarões ainda na adolescência, como ele destaca em *Sair da Grande Noite*, e, em razão desse fato, a formação de filósofo, historiador e cientista político ocorreu fora do

continente africano, na França, onde obteve o título de doutorado na Sorbonne em 1989. Depois ocupou, entre a década de 90 e o início dos anos 2000, vários cargos em universidades americanas (Universidade de Colúmbia, Instituto Brookings, Universidade da Pensilvânia, Universidade da Califórnia em Berkeley e Universidade Yale). Atualmente, é professor de História e Ciência Política na Universidade Duke (Virgínia, Estados Unidos), na Universidade de Harvard (Instituto Brookings) e na Universidade Witswatersrand (Joanesburgo, África do Sul). Esse percurso eclético demonstra, primeiramente, um intelectual com formação inicial na cultura e filosofia francesas, seguido de uma atuação profissional nos Estados Unidos, ou seja, com trânsito em dois países que Santos (2002) classifica como nações que compõem a “monocultura de saberes”. Também é importante pontuar que, nas últimas décadas, fixou residência na África do Sul (sociedade marcada pelas crueldades de uma segregação racial legalizada pelo Estado), com escalas de trabalho nas universidades americanas.

A amplitude da vivência intelectual, política, cultural e social de Mbembe constitui, sem sombra de dúvida, fator fundamental para a escrita problematizadora de mundo e de sentido de mundo dado ao continente africano, sobretudo quando coloca à prova a visão direcionada à África pelo pensamento eurocêntrico. Portanto, um corpo negro vivendo na França, nos Estados Unidos e na África do Sul constrói práxis extremamente reveladoras do ser e estar negro no mundo, e o impacto dessas múltiplas vivências no autor é apresentado no primeiro capítulo do livro *Sair da Grande Noite* (MBEMBE, 2014).

As obras produzidas por Mbembe são, por vezes, classificadas como pós-coloniais ou decoloniais, porém, em vários trechos dos seus escritos e conferências, o autor apresenta-se como sendo um intelectual de pensamento mundo, de circulação e travessia, ainda acrescentando que suas obras devem ser enquadradas em um movimento denominado *Afropolitanismo*, que assim pode ser entendido, segundo o autor:

A consciência dessa imbricação do aqui e do alhures, a presença do alhures no aqui e vice-versa, essa relativização das raízes e dos pertencimentos primários e essa maneira de abraçar, com todo conhecimento de causa, o estranho, o estrangeiro e o distante, essa capacidade de reconhecer sua face no rosto do estrangeiro e de valorizar os traços do distante no próximo, de domesticar o in-familiar, de trabalhar com aquilo que possui aspecto de ser contrário por completo – é precisamente essa sensibilidade cultural, histórica e estética que o termo ‘afropolitanismo’ indica. (MBEMBE, 2015, p. 3).

Portanto, o objetivo dos seus escritos é descentralizar o pensamento e abri-lo para o mundo, na posição *a priori* de crítico severo do pensamento eurocêntrico, em um momento da história que ele considera como aquele em “[...] que a história das coisas se volta para nós, em que a Europa deixou de ser o centro da gravidade no mundo” (MBEMBE, 2018, p. 11). O autor ainda apresenta um diálogo fecundo com a psicanálise na obra *Crítica da Razão Negra*, sendo possível perceber esse debate quando centraliza, no texto, o pensamento de Frantz Fanon, ao discutir, no último capítulo, sobre “A clínica do sujeito”.

Em relação à *Crítica da Razão Negra*, primeiramente é importante assinalar que se trata de um livro erudito até mesmo para filósofos, de difícil leitura, mas de grandeza teórica sem igual. Mbembe utiliza, nessa obra, uma escrita no estilo figurativo, por vezes poética, que nos leva a refletir sobre o significado, por exemplo, de: “o réquiem para o escravo”, “cadáver da modernidade” ou “poço dos fantasmas”. Acredita-se que esse estilo de escrita enriquece a leitura da obra e leva os leitores a mergulharem no processo de descoberta do sentido expresso pelo autor em uma determinada figura de linguagem, bem como sua contextualização nas problemáticas centrais da obra.

A primeira edição da obra foi em francês no ano de 2013. Em 2014, a Editora Antígona lançou-a em português de Portugal, e foi por meio dessa tradução que a maioria do público brasileiro teve acesso à obra. Apenas em 2018 é que foi publicada no Brasil pela N-1 Edições. É importante ressaltar

que *Crítica da Razão Negra* figura como a segunda obra que compõe uma trilogia: sendo a primeira lançada em 2010, *Sair da Grande Noite*.

Nos livros *Sair da Grande Noite* e *Crítica da Razão Negra*, Mbembe apresenta aos leitores os problemas gerados pela descolonização em uma perspectiva de problematização e complexidade do processo, na busca de compreender a África contemporânea e seu futuro, um continente que procura seu caminho e deseja livrar-se do sentido imposto pela Modernidade aos africanos e ao corpo físico e geográfico de África. O terceiro livro, *Políticas de Inimizade*, lançado em francês em 2016 e publicado em português no ano seguinte, fecha a trilogia e, nele, Mbembe (2017) problematiza um diálogo profundo com vários pensadores, em especial Frantz Fanon, sobre a história da escravização e a produção dos sujeitos raciais na colonialidade, fazendo ainda sua correlação com as sociedades contemporâneas, sob a égide dos Estados democráticos liberais, que agem de forma a produzir uma política de morte, tendo como base instrumentos utilizados na colonização.

Mbembe (2018) deixa evidente que *Crítica da Razão Negra* busca uma maneira de questionar a razão e o sentido de mundo branco, que predominaram em toda a produção do conhecimento pós-moderno, de tal sorte que procura deslegitimar a razão branca em seus modos de agir genocida, que desautorizou pessoas, conhecimentos, experiências e crenças, denunciando, portanto, os crimes cometidos sob a proteção da razão do pensamento eurocêntrico. E ainda busca se contrapor à visão de África como um “poço de fabulações”, buscando construir e produzir outros conhecimentos que possam tecer histórias, recompor imagens, refazer enunciados e discursos sobre África.

A obra também nos convida a pensar o mundo atual não mais a partir da centralidade do pensamento eurocêntrico (razão branca), mas por meio de outros conjuntos de teorias em que a experiência negra torna-se central para a compreensão dos sentidos de mundo. Para tanto, Mbembe centraliza algumas ideias como raça, racismo, colonialismo, modernidade e modo de produção capitalista,

apontando como as concepções de raça e racismo foram forjadas na modernidade para dar suporte ao processo cruel de acumulação de riquezas nos primórdios do modo de produção capitalista, denominado de capitalismo mercantil e comercial.

O livro é dividido em seis capítulos (1 – O sujeito racial; 2 – O poço dos fantasmas; 3 – Diferença e autodeterminação; 4 – O pequeno segredo; 5 – Réquiem para o escravo e 6 – Clínica do sujeito) e uma introdução com uma tese instigante – “O Devir Negro no Mundo” – em que problematiza a questão, na contemporaneidade, sob a égide do Neoliberalismo, de quais são os corpos que recebem o sentido dado ao corpo racial negro durante o colonialismo. Esse ensaio inicial revela e contextualiza, de forma brilhante, as metamorfoses do racismo nas sociedades atuais. Nas considerações finais, também propõe uma tese no sentido de pensar como podemos construir uma sociedade pós-racial.

O Devir Negro no Mundo: a persistência e as metamorfoses da raça e do racismo na contemporaneidade

A introdução e parte do primeiro capítulo do livro *Crítica da Razão Negra* apresentam elementos contundentes para compreender as discussões sobre raça e racismo na contemporaneidade. Mbembe utiliza o termo “recalibragem” para discutir quais são as novas configurações desses conceitos na atualidade que, pela originalidade das ideias apresentadas nesta discussão, merecem ser objeto de debate do presente texto.

Para tanto, Mbembe, logo de início, questiona qual o sentido dado ao negro durante a colonização e a escravização, tempo histórico que o autor denomina de início do “delírio da Modernidade”, devido aos significados distorcidos atribuídos aos corpos negros, vinculados a um projeto de conhecimento de mundo e de domínio ideológico, econômico e político de governo. Se a racionalidade pautada nas ideias positivistas tinha como pressuposto que a única forma de conhecer ocorreria pelo uso da razão e sendo o negro considerado

como um ser com designações primárias, desequilibradas e, ainda, um símbolo de intensa crença e repulsa, que desencadeia dinâmicas passionais, não poderia este fazer parte de uma humanidade capaz de produzir conhecimentos válidos para o mundo. Por conseguinte, seria um ser que “abala a racionalidade”.

Mbembe ainda ressalta que essa imagem extremamente estereotipada e negativa do negro produziu, no curso da história, repulsa e medo em todo o resto da humanidade de nunca desejar ser englobado neste sistema de desumanização. No início desse debate, o autor apresenta uma discussão, que desenvolverá melhor nos capítulos seguintes, sobre a crueldade produzida na colonialidade que, em nome da acumulação das riquezas, destituiu o outro de humanidade e produziu um sistema de sentido de mundo que perdura até os dias atuais. Nesses trechos, as discussões se aproximam de um tom de denúncia, um grito pela urgência de reconhecimento e reparação, para que a Europa reconheça os horrores e as crueldades produzidas em nome do lucro e da cobiça desmedida pela mercadoria fetiche.

A elaboração da racialização da própria construção da Razão Negra, segundo o autor, foi marcada por três momentos históricos de produção de processos hegemônicos e contra-hegemônicos, demonstrando que a história está aberta para ser construída, afirmando que os negros sempre se levantaram e lutaram por liberdade, mesmo sob a égide de todos os horrores da colonialidade. O primeiro período foi caracterizado pelo Tráfico Atlântico do século XV até o XIX, quando os corpos negros foram transformados em mercadoria, moeda e metal, bem como começaram a ser elaboradas as ideias de raça, negro e África. O segundo momento, que se iniciou no século XVIII e perdurou até o século XX, caracterizou-se pela contraofensiva dos negros, com “faíscas” de autonomia e autoria, quando foi possível reivindicar o estatuto de sujeitos plenos de mundo, de maneira que a luta antirracista ganha força. O autor chama atenção, em especial, para a Revolução do Haiti (1804), a proibição do tráfico de africanos

no Atlântico, as lutas pelos direitos civis nos Estados Unidos, a descolonização de África e o fim do *Apartheid* na África do Sul.

O terceiro momento, que é o que nos interessa neste debate, se inicia no século presente, que Mbembe (2018) destaca como sendo a era do “devir negro no mundo”, numa época cujo sistema político e econômico é o Neoliberalismo, herança maldita do colonialismo, marcado pela globalização dos mercados e privatização do mundo, sob o controle rígido das tecnologias digitais. Segundo o autor, todo ser humano é hoje reduzido a um código composto por alguns números, atravessado pela mercantilização de todas as dimensões da vida, em uma produção miraculosa de tudo que há no mundo em mercadoria fetiche, processo que vai reprogramar o debate a respeito de raça e racismo, dando-lhe novas configurações, sentidos e recalibragens.

Com a finalidade de problematização do debate sobre as metamorfoses sofridas nas ideias de raça e racismo, Mbembe (2018, p. 16) ressalta como se realiza a espoliação do trabalho humano no Neoliberalismo:

Já não há trabalhadores propriamente ditos. Só existem nômades do trabalho. Se antes, o drama do sujeito era ser explorado pelo capital, a tragédia da multidão hoje é já não poder ser explorada de modo nenhum, é ser relegada a uma “humanidade supérflua”, entregue ao abandono, sem utilidade para o funcionamento do capital.

Analisando tais condições, Mbembe desenvolve a tese de que parte da humanidade, não apenas o corpo negro como dantes, torna-se supérflua e, portanto, passível de ser explorada. Se não há mais emprego, não existem mais trabalhadores com garantias trabalhistas, bem como as mínimas condições de vida digna assegurada, pois, no Neoliberalismo, somente existem “nômades do trabalho” e “empreendedores de si mesmos”, o que vem acompanhado da flexibilização total das garantias trabalhistas, chamada também de “Uberização do trabalho” por Antunes e Filgueiras (2020). Portanto

o risco sistemático de desumanização ao qual o negro foi exposto desde o início do capitalismo, atualmente é para todos, o que Mbembe (2018) denomina de “Universalização da Condição Negra”.

Sendo assim, Mbembe (2018) estabelece um paralelo e demonstra as similaridades entre o capitalismo comercial, que deu suporte à colonização, com o neoliberalismo contemporâneo, que tem uma lógica de produção e reprodução da exploração e opressão baseada na raça. Foi preciso, então, inventar e sustentar classificações, argumentos de que não somos iguais, mesmo em Estados democráticos liberais, de que existem subumanidades.

Mbembe (2018) não tem dúvida de que, na contemporaneidade, os novos negros, ou os Condenados da Terra, à maneira de Fanon (2005), são os imigrantes, os refugiados e os muçulmanos. Para eles, também, o ódio racial é destilado, a todo momento, nas redes sociais e nos meios de comunicação, tanto na Europa como nos Estados Unidos, país que, por meio da sustentação de um conjunto de ideias xenófobas e racistas, levou ao poder político, de 2016 a 2020, um governo de orientação de extrema-direita, mas que, por outro lado, deu “combustível” para a insurgência do movimento “Vidas Negras Importam” que, de certa maneira, foi uns dos responsáveis, no final de 2020, pela eleição de um governo mais aberto ao diálogo a favor de uma sociedade antirracista. Portanto, o ciclo da história demonstra que o poder não se exerce apenas de forma unilateral visando à opressão, mas se constitui em um campo aberto de disputa.

Ao elaborar seu pensamento sobre o “devir negro no mundo”, Mbembe alerta que, para controlar as subumanidades, os descartáveis, há um sistema de segurança muito bem organizado a partir do meio técnico-científico e informacional, utilizado para fiscalizar, em especial, os estrangeiros nas fronteiras, com práticas de zoneamento de território, monitoramento terrestre e aéreo, encarceramento em massa e novas técnicas de controle genético, ou seja, a produção de uma sociedade eugênica, que vive sob o constante medo da ameaça da raça, receio de que os subalternizados possam se insurgir, como ocorreu no Haiti. De maneira

que os códigos e leis que tornaram o potentado da colônia mais repressivo após a Revolução do Haiti, agora também é uma estratégia de parte dos Estados democráticos de direitos.

Importante, nesta etapa da reflexão, é pensar a necropolítica, conceito cunhado por Mbembe (2016). Para o autor, em pleno século XXI, como dantes na colônia, há uma presença constante do necropoder, pensado como instrumento de controle político e econômico de uma nação e operacionalizado por meio das ideias de raça, o que gera a eliminação contínua dos “Condenados da Terra”. Sendo assim, quais os corpos que podem ser abatidos na guerra urbana em nome da paz social? Mbembe (2018, p. 20) nos leva a refletir sobre isso e conclui que “a essa nova condição fungível e solúvel, à sua institucionalização enquanto padrão de vida e à sua generalização pelo mundo inteiro, chamamos o *devir-negro do mundo*”.

Modernidade, colonialismo, capitalismo mercantil e liberalismo: implicações para as concepções de raça e racismo

Nesta secção, o escopo é discutir, de forma breve, as ideias centrais que atravessam os capítulos do primeiro até o quinto do livro em questão. Mbembe (2018) diz ao leitor que a “pia batismal” da Modernidade e o sentido dado à África têm relação direta com o comércio negreiro e as colônias de *plantation*, além de mostrar que as concepções de negro, raça e racismo foram forjadas neste período histórico, portanto final do século XV e início do século XVI com a invasão dos europeus na América. Esse empreendimento só foi possível sob a égide do capitalismo mercantil ou comercial, braço político e econômico da colonização. Mbembe também argumenta como o capitalismo mercantil criou o fetichismo da mercadoria, uma ideologia que comandava os desejos humanos tanto do colonizador como do colonizado, e gerou o que Mbembe denomina de “Pequeno Segredo”, debate polêmico apresentado no quarto capítulo. O capitalismo mercantil, que transformou o negro em mercadoria, aparece no quinto capítulo como o

motor da produção da morte do corpo negro, o que o autor denomina de “Réquiem para o escravo”. Mais tarde, no século XIX, com a denominada partilha de África entre os europeus, o liberalismo, como analisa Mbembe (2018), com seus ideais de liberdade aparentemente contrários à escravização, na verdade, nunca foi um empecilho para sua continuidade, bem como para o postulado político e econômico de sociedades pautadas na segregação racial.

Ressaltando essas ideias expressas no parágrafo anterior, achamos necessário discutir como a Modernidade Ocidental elaborou uma nova cosmovisão de mundo, pois é neste momento que a visão de Homem ligada a Ocidente é inventada, com a intenção pretensiosa da Europa de dominá-lo e construí-lo a sua semelhança, o que o autor chama de “delírio da Modernidade”. Para tanto, foi preciso produzir um conjunto de ideias no sentido de que havia pessoas naturalmente superiores (racionais) e inferiores (emocionais e irracionais), daí por que a colonização, o genocídio, a exploração e a espoliação foram justificados, tanto do ponto de vista econômico quanto político, militar, ideológico e humanitário. Esta última justificativa foi reivindicada como necessária para ofertar civilização e evangelização aos povos colonizados, ou seja, uma dádiva da Europa para os corpos negros.

Ao dividir o mundo entre civilizados e não civilizados, a Modernidade cria a zona do ser e a zona do não ser, como destacam Césaire (1978) e Fanon (2005), ou seja, territórios com existência de códigos e leis e, portanto, aptos à cidadania, e outros territórios que Santos (2019) classifica como pertencentes à linha pós-abissal, constituídos, sobretudo, por pessoas que eram governadas pelo uso indiscriminado da violência, por não terem direitos, onde estavam liberadas a pilhagem e a extorsão, e a lei era construída a partir “daqueles com mais poder bélico”. Sendo assim, aos povos colonizados, não era permitida a cidadania, pelo simples fato de não serem considerados como humanos, pois apenas eram vistos como exterioridade. Outro ponto levantado pelo autor nesta discussão é que os códigos de leis das colônias confirmavam esse

sentido quanto ao domínio dos corpos negros, e sempre reforçado do ponto de vista repressivo, em especial, após algum esforço por liberdade feito pelos colonizados, exemplificando o autor que, após a Revolução Haitiana, as leis de repressão foram reforçadas em todo o mundo colonial.

Com a execução de tanta violência e consequente genocídio, a Modernidade produziu o que Mbembe (2018) denomina de “Cadáver da Modernidade”, em uma linguagem figurativa, para refletir sobre a violência imposta ao corpo negro, tanto física como psicologicamente. O autor alerta como esse sujeito racial foi marcado pela produção diária e contínua de morte e fabulações quanto ao seu caráter e moral, tido como não humano, como ser que causava medo e horror, portanto a raça e o racismo e as ideias sobre o negro foram forjadas neste momento histórico e, evidentemente, modificadas ao longo da história, pois ganha, em cada país e em momentos históricos distintos, novas configurações, continuidades e rupturas. Importante reforçar que, quando Mbembe discute o “Devir Negro” na introdução do livro, ele chama a atenção para como essas ideias estão sendo realimentadas na contemporaneidade.

O autor ainda argumenta que o nascimento do sujeito racial está ligado à história do capitalismo ainda na sua primeira fase, denominada de mercantil ou comercial. Nesse período histórico, houve um processo de fabricação dos sujeitos raciais (sob a égide de uma extensa construção jurídica, códigos e legislação escravocrata), sendo o negro visto como um ser ameaçador, pertencente a uma humanidade à parte, um farrapo humano, tornando-se, portanto, um espectro da Modernidade. O capitalismo mercantil na Modernidade não apenas assassinou o corpo negro (projeto genocida) como também o transformou em homem-moeda, homem-mercadoria e homem-metal, completando seu processo de desumanização, o que garantiu a sustentação econômica e política do empreendimento colonial. Neste sentido, o capitalismo, desde sua essência, sustentou-se em um projeto necropolítico porque imputou ao corpo negro apenas o dever de ser explorado até a morte, sendo talvez um

fantasma muito presente na mente do escravizado, já que, como podemos exemplificar com Schwartz (1988), ao final do século XIX, a expectativa de vida dos escravizados no Brasil ao nascer variava em torno de 19 anos.

Portanto, o autor deixa muito evidente, nesta obra, como o racismo compõe parte da mais-valia nos processos de reprodução de privilégios e subalternidades, engendrados primeiramente pelo capitalismo mercantil e sustentados, nos dias de hoje, pelo neoliberalismo. Nesse sentido, o livro constitui leitura obrigatória para todos aqueles que buscam entender como o sistema capitalista, antes e atualmente, age como um motor pujante e fundamental para entender a desumanização e a espoliação dos corpos negros.

No quinto capítulo, denominado de “O Pequeno Segredo”, o autor apresenta uma tese delicada e polêmica para os estudos da colonialidade. Para Mbembe, quando se discutem os modelos de representação da consciência produzidos tanto no colonizado como no colonizador, é preciso centralizar a memória, a história e os esquecimentos, no sentido de refletir sobre os desejos, a força e o apetite gerados no comportamento cotidiano da colônia. Para isso, Mbembe apresenta duas características da colonização e, para discutir a primeira, remete às ideias de Césaire (1978) e Fanon (2005), que apontam a colônia como uma máquina de guerra e de anticomunidade, por causa de seu potencial em produzir a violência e a morte, além da total ignorância sobre os povos colonizados, que os europeus “não conheciam e nem queriam conhecer”. Uma segunda característica seria a concepção de que a colônia se constituía como uma prodigiosa máquina de desejos pela riqueza que, segundo o autor, habitava os redutos da fantasia e da psique, a cobiça desmedida da mercadoria, extremamente desejada tanto pelo colonizador como pelo colonizado.

Seguindo essa ideia, Mbembe conta-nos o ‘Segredo’ não revelado por alguns estudiosos da colonialidade. O fetiche pela mercadoria gerou certa cumplicidade no processo de colonização, pois os negros foram embebecidos pelos desejos

produzidos pelo capitalismo mercantil, portanto foram envolvidos, seduzidos, deixaram-se enganar pelo enorme cordel que é a maquinaria imaginária da mercadoria. Ou seja, a ideologia mercantil, que deu suporte à colonização, primeiramente desenvolve-se enquanto poder sobre a vida, transformando os corpos racializados em mercadoria e, em seguida, a partir da produção do fetiche da mercadoria, que reforçou os dispositivos da sujeição dos colonizados (MBEMBE, 2018, p. 209). Também é preciso que os estudos de colonialidade reflitam sobre os processos de continuidade da ordem colonial após a independência dessas colônias e até que ponto certos grupos africanos foram e são cúmplices dos arranjos de submissão e dependência. Em um debate muito próximo da psicanálise, Mbembe (2018) ressalta que a admissão dessa cumplicidade passa pela busca da cura das memórias dos horrores produzidos na colonização, debate que é mais bem problematizado no último subitem do texto.

Com a experiência que os europeus adquiriram na colonização e escravização dos povos americanos desde o século XV, utilizando-se das concepções de raça e racismo solidificadas, a Europa no século XIX, sob a égide do capitalismo industrial, incorporava as concepções sociobiológicas de raça e, portanto, estava pronta para um novo extermínio, que foi a invasão da África. Segundo Mbembe (2018), para dar continuidade ao empreendimento civilizatório e evangelizador, os povos europeus deixaram evidente que não havia barreiras a serem derrubadas e nem santuários que não pudessem ser profanados em nome da implantação da cultura europeia pretensamente tida como superior.

Esta liberdade e esta legitimidade que a Europa supunha ter, em especial por induzir a ideia de que a missão era evangelizadora e, portanto, cristã, deram suporte ideológico para a invasão da África no século XIX. Tal sustentação ocorreu por meio de um conjunto de teorias filosóficas, políticas e econômicas denominado de liberalismo, que pregava o direito das nações à livre concorrência. As ideias iluministas que garantiam o suporte intelectual a essa doutrina parecem, à primeira vista,

contraditórias à colonização, à escravização e ao racismo, porque pregavam a liberdade, a igualdade e a fraternidade entre os povos, porém o autor, em uma ‘sacada’ brilhante, aponta para o fato de que o liberalismo nunca foi um empecilho ao empreendimento colonial na África, sendo na verdade uma doutrina de sustentação dos princípios de livre concorrência e livre ação para o domínio e a exploração do espaço geográfico africano. O autor ainda define o liberalismo como uma “arte específica de governar financiada pelo livre comércio de escravos” (MBEMBE, 2018, p. 145-146).

Mbembe vai nos provar, em *Crítica da Razão Negra*, que o liberalismo, além de ser compatível com o reforço e a produção dos sujeitos raciais e os projetos necropolíticos, deu sustentação para a sociedade segregada americana. Essa tese é evidente nas ideias de um dos seus principais pensadores, Alexis de Tocqueville, o qual afirma que a democracia liberal americana apenas seria viável por meio da “lógica do curral”, códigos de leis conhecidas como *Jim Crow*, implantadas nos Estados Unidos nas décadas finais do século XIX, tendo como princípio a máxima liberal, “separados, mas iguais”. Para Tocqueville, não havia outra forma de construir a sociedade americana se não fosse separar aqueles que não tinham o mesmo estatuto de humanidade, ou seja, a diferença radical e intransponível, confirmada pelo racismo científico em auge na época e que justificava a separação. O intrigante é pensar que, em vários países reconhecidos hoje como democráticos, em que o racismo é estrutural e estruturante das relações sociais, tal forma de governo encontra-se ameaçada pela questão racial, o que ficou perceptível no movimento *Black Lives Matter* nos Estados Unidos em 2020.

Conclusão: é possível a cura? Qual seria o caminho?

Toda luta por autodeterminação passa pelo reconhecimento de quem sou e/ou como meu corpo é lido no mundo, ensinamentos que estão presentes na pedagogia libertadora de Paulo Freire (1974), segundo a qual, sendo o ato de educar político, é

preciso estimular o autorreconhecimento do sujeito para que este possa libertar-se da opressão. Tais questionamentos aparecem de maneira central no último capítulo do livro, intitulado “Clínica do Sujeito”. Em meio a tantos processos de destruição do “eu”, como produzir lutas e cotidianos marcados por liberdade?

Na construção desse diálogo, Mbembe (2018, p. 264) questiona sobre a ontologia do substantivo “negro”, alertando que, para pensar a respeito de um mundo livre do peso da raça, é necessário contextualizar as determinações que foram dadas ao corpo negro. Sendo assim, o nome negro está ligado a um vínculo de submissão a um senhor, um nome forjado em uma equação desonesta, um tratado de violados, de violência, de cobiça e de ódio racial como foi o colonialismo. Quem sou eu negro em um mundo branco, já questionava Fanon (2008). Para Mbembe (2018), seria aquele que não pode olhar diretamente nos olhos de alguém, aquele que carrega o nome da escuridão, um nome que remete ao insulto, à coisificação e à degradação. E, finalmente, aquele que bate à porta, bate de novo, na esperança de que alguém abra uma porta que nunca existiu?

Sobre a porta que nunca existiu, é possível refletir sobre como latino-americanos, africanos e asiáticos são lidos na Europa, mesmo aqueles que têm cidadania, obtida a duras penas por meio de longos processos movidos pelo desejo de serem aceitos, de pertencer ao mundo branco, que no fundo constitui-se como um ledo engano, pois nunca serão reconhecidos como um deles e terão para sempre seus corpos lidos pela posição do espaço geográfico de suas origens de nascença ou, ainda mais, de “sangue”. É a situação perfeitamente visível dos filhos dos imigrantes africanos oriundos do Magreb (constituído por países do noroeste da África, ex-colônias francesas) na França ou do PALOP (países africanos de língua oficial portuguesa) em Portugal, que, mesmo tendo nascido em solo francês ou português, não são vistos como europeus e têm inúmeras dificuldades para acessar a documentação legal, além de sofrerem violência psicológica de dúvidas quanto a sua identidade,

pois não são reconhecidos como europeus e nunca pisaram no país ao qual são heteroidentificados.

Importante refletir, na contraofensiva de destituição de humanidade dos grupos racializados, sobre o investimento no adoecimento psicológico e físico do povo negro a partir de todas as formas possíveis de violência, que talvez não tivessem tido o efeito esperado, de total submissão e obediência. Mas isso também se constitui em um motor de lutas a favor da soberania e da autodeterminação desde o início da colonização, porém, com mais ênfase, a partir do século XVIII como já discutido anteriormente.

Segundo Mbembe (2018), essa luta por autodeterminação e emancipação passa por uma reflexão crítica sobre as diversas variantes do pan-africanismo (pensamento negro que marcou o século XX) que, em alguns casos segundo o autor, reforçou concepções que alimentam o discurso da segregação e da exclusão, ao reafirmar a diferença radical entre nós e os outros; instrumento, como já visto, utilizado pela Europa na Modernidade para dividir a zona do ser e a zona do não ser. Assim, alguns autores do pan-africanismo tentaram buscar a autodeterminação dos povos africanos a partir de concepções que corroboram a existência de raça, sendo para o autor um discurso problemático que reforça as ideias colonialistas em um viés essencialista. A crítica de Mbembe (2018) remete à obra de Marcus Garvey, que propõe, na década de 20 do século passado, um projeto de Redenção da África, ao afirmar que, depois do trabalho de destruição, o negro deveria tornar-se outro, autoproduzir-se e, para tanto, todos os negros em diáspora deveriam regressar à África. Outro ponto fulcral na crítica do autor sobre o pan-africanismo é o autocompadecimento, o reforço quase sempre na ideia de vítimas, sem realizar uma reflexão de que, muitas vezes, o colonizado foi cúmplice do projeto colonial ou deu continuidade à ordem colonial, em especial após a independência, movido pelo desejo quase libidinal pela mercadoria fetiche.

Na continuidade de diálogo com o pan-africanismo, Mbembe (2018), no que talvez se poderia chamar de propostas de “cura do racismo”,

ainda acrescenta as ideias de Aimé Césaire, Frantz Fanon e, por último, de Nelson Mandela. Em Césaire (1978), o autor recupera as ideias de busca da pluralidade, da declosão do mundo a partir da desconstrução da tradição cristã ocidental, da não existência de um universal absoluto e, sim, do sentido de mundo de multiplicidades, de singularidades, pautado na diferença. Esse autor ainda propõe uma celebração da negritude, portanto, ao focar a afirmação da diferença, Césaire cai na armadilha de reforçar o próprio pensamento colonial que tanto criticava.

Em Fanon (2005; 2008), o autor vai buscar subsídios para pensar na afirmação de uma comunidade humana, refutando as ideias de raça e de diferença, despindo-se da posição de vítima, na procura de uma reflexão sobre “curar-se”, que passa pelo diálogo da construção de um novo humanismo universalista. O autor recupera também, de Fanon, as discussões de um projeto de elevação coletiva de humanidade. Aponta a atualidade da obra do martinicano, quando ele apresenta a tese de que estamos imersos em uma grande noite de que é preciso sair. A concepção de “práxis violenta”, ou seja, a violência emancipadora, que permitiria curar quem foi estuprado, violentado, amputado, enlouquecido e explorado e acima de tudo de quem teve todos os direitos usurpados, são debates de Fanon apresentados no livro para pensar em processo de “cura”. Neste sentido, Mbembe (2018) afirma que devemos a Fanon, a ideia de que a “violência do colonizado” move a busca por restituição, reparação e reconstrução de um novo projeto de sociedade, bem como de que existe um ser humano que não se pode domar, eliminar ou reprimir, pelo menos não totalmente.

Porém, mesmo utilizando as ideias de Fanon como ponto de partida para sua tese final, no que diz respeito às ideias de “cura”, Mbembe (2018) discorda de que a violência poderia ser um instrumento de luta. É evidente que as ideias de Fanon são datadas, escritas em um período histórico de descolonização em um contexto de guerra cruel e sangrenta pela libertação dos países da África. Mas Mbembe recupera parte de suas concepções para

propor o que ele acredita ser a construção de um humanismo abrangente e universal, que não seja marcado pelo discurso de vítima, de existência de raça ou diferença, ideias defendidas no Epílogo.

Na etapa final do livro, Mbembe desenvolve a sua tese do que seria a possível “cura” do sistema de opressão e submissão construído sob a égide da Modernidade e do Capitalismo Mercantil, que imprimiu nos corpos negros processos de abstração e coisificação. O autor ressalta que é preciso produzir a ideia de que “Existe um só mundo” que todos desejam partilhar e onde querem ser reconhecidos como humanos por inteiro. Sendo assim, é fulcral investir na ideia de reparação, justiça e restituição à humanidade do que lhe foi roubado. Para tanto, é preciso construir projetos de decolonização, tanto da Europa, que ainda acredita que a colonialidade foi um projeto civilizatório, quanto dos países dantes colônias, que reproduzem práticas colonialistas nos seus sistemas políticos e econômicos. De tal sorte esse movimento já começou a caminhada, embora com passos lentos, que a derrubada de estátuas ou o questionamento de sua presença assombrando a memória dos colonizados nos espaços geográficos do mundo inteiro, parece ser o começo da gestação deste “novo” sentido de mundo.

Para que esse projeto de um só mundo possa ser construído, sem a demarcação profunda da diferença e do essencialismo, mas como uma ideia inicial de que todos somos seres humanos, a humanidade de agora precisa refletir, portanto, sobre “o projeto de um mundo por vir, de um mundo a nossa frente, cuja destinação é universal, um mundo livre do fardo da raça e livre de ressentimento e do desejo de vingança que toda e qualquer situação de racismo suscita” (MBEMBE, 2018, p. 315), ou seja, um projeto de mundo que clame por um humanismo universal e abrangente, sem hierarquia de raça, nação e pessoas, e livre da necropolítica, responsável por assassinar diariamente corpos negros nos Estados liberais e democráticos em nome da segurança e da paz social.

Em *Crítica da Razão Negra*, o autor une pontas que pareciam dispersas ao demonstrar que, hoje, o Neoliberalismo remodela as concepções de

raça produzidas na primeira etapa do sistema capitalista, o Mercantil. E ainda argumenta que as teorias de que, atualmente, os seres humanos são transformados em mercadoria – teorias estas discutidas por autores que contextualizam a “Sociedade do Consumo” – não reconhecem ou desconsideram que este processo de desumanização, coisificação e abstração do corpo humano é muito mais antigo, tendo seu início no século XIX, por ocasião do Tráfico Atlântico de africanos para as Américas.

Acreditamos que as discussões levantadas por Mbembe no presente livro nos impõem inúmeras questões. É possível construir uma sociedade pós-racial, uma sociedade que reconheça os erros do passado, que clame por justiça distributiva e reparação? A Europa está pronta para reconhecer as atrocidades cometidas em nome do apetite voraz da mercadoria fetiche? Os movimentos negros pelo mundo podem pautar sua luta e a proposição por uma sociedade livre do fardo da raça? Ou o Neoliberalismo fortalece o sentido de mundo que remete à diferença radical entre raças e à existência de uma sub-humanidade, e, em consequência, há poucas condições para se contrapor?

Tais questionamentos atravessam o brilhante livro, e pensamos que, ao final de sua exposição, Mbembe mais apresenta indagações do que certezas, suscitando um campo aberto para futuras pesquisas com temas diversos sobre teoria racial. É, portanto, um convite ao desvelamento das possibilidades de existir, no futuro, UM SÓ MUNDO!

Referências

- ANTUNES, Ricardo; FILGUEIRAS, Vítor. Plataformas digitais, Uberização do trabalho e regulação no Capitalismo contemporâneo. *Contracampo*, Niterói, v. 39, n. 1, p. 27-43, abr./jul. 2020.
- CÉSAIRE, Aimé. *Discurso sobre a colonização*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1978.
- FANON, Frantz. *Os condenados da Terra*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2005.
- FANON, Frantz. *Peles negras máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

MBEMBE, Achille. Afropolitanismo. *Àskesis*, São Carlos, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 68-71, 2015.

MBEMBE, Achille. *Crítica da razão negra*. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. *Arte e Ensaios*, Rio de Janeiro, n. 32, p. 123-151, dez. 2016.

MBEMBE, Achille. *Sair da grande noite: ensaio sobre a África descolonizada*. Luanda: Edições Mulemba; Mangualde: Edições Pedagogo, 2014.

MBEMBE, Achille. *Políticas de inimizade*. Lisboa: Ed. Gradiva, 2017.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *O fim do Império Cognitivo: a afirmação das epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina, 2019.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, n. 63, p. 237-280, out. 2002.

SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

Recebido em: 26 out. 2022

Aceito em: 8 dez. 2022